

PROVIMENTO N° 05, DE 31 DE JULHO 2006.

(Revogado pelo Provimento nº 16, de 13 de junho de 2014)

O Desembargador WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e uniformizar o cumprimento de mandados de averbações decorrentes sentenças de separação judicial e divórcio;

CONSIDERANDO que a cabe à Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Alagoas, a orientação, fiscalização e disciplina das atividades jurisdicionais;

RESOLVE:

Art. 1 ° - A averbação de sentença de separação judicial ou divórcio será feita pelo respectivo Oficial do Cartório, em que constar o assento de casamento, à vista da carta de sentença, de mandado judicial ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público (art. 97, Lei n° 6.015/73).

Art. 2° Competirá aos Juízes de Direito, Titulares da Varas de Família da Capital e/ou aos Juízes de Direito Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça, a determinação de "CUMPRA-SE", nos mandados judiciais apresentados, independentemente de distribuição, para o cumprimento de averbação de sentenças de separação judicial ou divórcio, prol atadas em outra Jurisdição, bem como nas declarações de nascimento ocorridas após o decurso do prazo legal, observado o disposto no art. 46, §3°e § 4°, da Lei n° 6.015/73 – LRP.

Art. 3° Competirá aos Juizes de Direito Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça, a apreciação e regularidade dos documentos apresentados nos pedidos de averbação de assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros, efetivados em País estrangeiro, os quais serão trasladados no Cartório do 1° Oficio do domicilio do registrado. (art. 32, § 1°, Lei n° 6.015/73 – LRP).

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

DES. WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS

Corregedor-Geral da Justiça